

Obras Políticas (1ª fase - 1931/1937)

MIGUEL REALE

TOMO III:

1. A crise da liberdade
2. Perspectivas integralistas
3. Atualidades brasileiras
4. ABC do integralismo
5. Nós e os fascistas da Europa
6. Corporativismo e unidade nacional
7. Integralismo e democracia



Editora Universidade de Brasília



Com o apoio
FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Este livro ou qualquer parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte

A Crise da Liberdade

Copyright © 1931, 1983 by Miguel Reale

Perspectivas Integralistas

Copyright © 1936, 1983 by Miguel Reale

Atualidades Brasileiras

Copyright © 1937, 1983 by Miguel Reale

ABC do Integralismo

Copyright © 1935, 1983 by Miguel Reale

Nós e os Fascistas da Europa

Copyright © 1936, 1983 by Miguel Reale

Corporativismo e Unidade Nacional

Copyright © 1936, 1983 by Miguel Reale

Integralismo e Democracia

Copyright © 1937, 1983 by Miguel Reale

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

EQUIPE TÉCNICA

Editores:

Lúcio Reiner, Manuel Montenegro da Cruz,
Maria Riza Baptista Dutra e Maria Rosa Magalhães.

Supervisor Gráfico:

Elmano Rodrigues Pinheiro.

Supervisor de Revisão:

José Reis.

Controladores de Texto:

Alfredo Henning, Antônio Carlos Aires Maranhão,
Clarice Santos, Maria del Puy Diez de Uré Helinger,
Maria Helena Miranda, Mônica Fernandes Guimarães, Patrícia Maria Silva de Assis,
Thelma Rosane Pereira de Souza, Wilma G. Rosas Saltarelli

Fichá Catalográfica

(Elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília)

R288o Reale, Miguel, 1910-
Obras políticas: 1ª fase - 1931-1937. Brasília,
Editora Universidade de Brasília, 1983.

286p. 3v. (Cadernos da UnB)

32

c

Tomo 1:

Introdução

Atualidades de um mundo antigo

Formação da política burguesa

Tomo 2:

O Estado moderno

O Capitalismo internacional

Tomo 3:

A Crise da liberdade

Perspectivas integralistas

Atualidades brasileiras

ABC do integralismo

Amor à liberdade

Nós e os fascistas da Europa

Corporativismo e unidade nacional

Integralismo e democracia

A COMÉDIA ELEITORAL

Mussolini disse que a democracia liberal é o regime que dá ao povo a ilusão intermitente de ser soberano. Essa afirmação é verdadeira tanto no Brasil como nos demais países do globo.

No Brasil, porém, as coisas adquirem uma feição toda especial, como aliás sucede em todo o continente sul-americano.

Com efeito, duas condições pelo menos deveriam existir para ser possível uma eleição de tipo liberal:

1º) — Que os candidatos e os seus princípios fossem do conhecimento do eleitor;

2º) — Que os candidatos tivessem princípios diferentes, exprimindo correntes ideológicas distintas.

Ora, no Brasil, essas exigências não podem, nem nunca puderam, ser satisfeitas.

Como já tivemos ocasião de escrever, os partidos brasileiros não se diferenciam quanto aos programas, mas tão-somente quanto aos homens. Um é o partido do Armando & Cia.; o outro é do Sílvio & Cia. Ltda., e assim por diante. Quando está se aproximando a hora decisiva da safra eleitoral, os partidos se movimentam. Um grande sopro de atividade sacode e faz vibrar os ressequidos membros dos solenes *diretórios*. E começam as "caravanas".

É a conquista deste deserto de homens e de idéias... Nas cidadezinhas do interior, reabrem-se apressadamente as sedes durante tanto tempo esquecidas, trançadas de teias de aranha, com pacotes de cédulas eleitorais pelos cantos, restos da última peleja.

As filhas dos "coronéis" aparecem para tecer os primeiros festões e pintar os primeiros quadros. De uma hora para outra, o partido acorda. Na

frente da sede, de lado a lado da rua, esticam-se as telas de morim e algodãozinho, anunciando aos transeuntes desprevenidos a existência de um *Posto de Alistamento Eleitoral*.

O aspecto todo é de um negócio de armarinho em liquidação, com todas as bugigangas à mostra, empilhadas à porta, atravancando a calçada. É a fabricação em série de "cidadãos-eleitores", para a grande queima do dia do pleito, "do qual depende o futuro da pátria", como asseveram os sizudos jornais da metrópole.

A família da politicagem municipalista fica agitada como um formigueiro. Nas cidades que já pigarreiam 20.000 habitantes, cada bairro faz questão de abrir uma filial do partido, com os mesmos dizeres e a mesma técnica de chamariz.

Depois, chegam os "cartazes"?

Como os partidos não possuem doutrina nem princípios, cada qual procura fazer "cartazes" mais bonitos, engenhosos. Anunciam-se candidatos à Câmara como quem faz reclame de pares de sapatos ou de latas de banha.

E é natural que isso aconteça.

O liberalismo, depois de seccionar a política da economia, acabou subordinando a primeira à segunda, mercantilizando todos os sentidos da vida, — o que aliás foi muito apreciado pelos materialistas do comunismo que não fizeram mais que aperfeiçoar a doutrina paterna... Para auxiliar a propaganda dos cartazes, os rádios se põem a funcionar de acordo com as folhas e as gazetas.

E lá vem a enxurrada dos discursos!

Nos comícios, porém, nunca se ouve tratar de idéias. São só retalhações pessoais, porque "Fulano está com o Getúlio", "Sicrano apertou a mão do Getúlio" e "Beltrano almoçou com o motorista de um primo da mulher do Getúlio", etc. etc.

Já quisestes achar a explicação desse mistério? Por que será que os oradores peceístas e perrepeístas nunca se lembram de ler o programa de seus partidos nos comícios populares? Por qual motivo, enquanto nós, integralistas, publicamos livros e boletins doutrinários, monografias e gráficos, os partidos só mostram caricaturas, fotografias e desenhos que tanto poderiam servir para propagação de "remédios políticos" como de produtos farmacêuticos?

Há três motivos principais para compreensão desse mistério: em primeiro lugar, os partidos liberais dizem que o "povo é soberano", mas, no fundo, estão convencidos de que o povo é muito besta para entender certas coisas; em segundo lugar, se o P.R.P. e o P.C. forem explicar os respectivos programas, o povo ficaria boquiaberto, porque os programas são iguaizinhos; em terceiro lugar é preciso saber que, mesmo querendo, os partidos não conseguiram tratar de doutrina, pois a quase totalidade dessa gente não aceitou as "promessas ideológicas" do partido, mas sim as "promessas de emprego".

Aliás, um professor da Faculdade de Direito de São Paulo escreveu que "a República é o voto". Sendo agora o voto secreto, é justo que os partidos guardem segredo sobre os seus princípios. Assim, a fraude fica sendo secreta, e secretíssima a República...

*
* *
*

Segundo o liberalismo democrático, a "vontade do povo" deve ser determinada por meio de eleições.

Se assim é surge este problema inicial: "sob quais condições uma eleição se torna a expressão de uma vontade?"

Cada eleição implica um reconhecimento. Se Pedro elege Paulo, é porque reconhece nele determinadas faculdades. Ao elegê-lo, reconhece a sua pessoa e os seus méritos. Se alguém se pronuncia a favor de um programa, reconhece o seu conteúdo.

Para reconhecer é preciso primeiro *conhecer*. Para conhecer são necessários dois requisitos: 1) — que haja um objeto a conhecer; 2) — que haja capacidade em quem quer conhecer.

No Brasil, portanto, nunca existiu eleição de verdade, — 1º, porque os partidos não dão a conhecer os seus programas; 2º — porque a grande massa do eleitorado não estaria em situação de poder apreciar as proposições contidas em programas abstratos.

O resultado é que vivemos a fazer eleições, somente para "inglês ver", para mostrar que somos uma democracia. Na realidade, o Brasil é composto de 21 satrapias, unidas por uma rede fortíssima de interesses oligárquicos internos que obedecem, por sua vez, a interesses banqueiristas externos.

Os "programas mínimos", as "pretensões mínimas" e outras coisas semelhantes que, de vez em quando, aparecem em épocas eleitorais, não se confeccionam com o fim de apresentar verdades, pois obedecem unicamente a fins de propoganda.

Dessarte, não sendo possível a eleição como expressão de uma "vontade consciente", os partidos se viram na dura contingência de fazer eleições a poder de sugestões coletivas, de ilusionismos, de dribles, de promessas, de engodos, de infâmias.

Seria melhor instituir o sistema do sorteio na escolha dos deputados e dos presidentes, pois para o povo tanto faz subir João como Francisco. Recorrendo ao sorteio, haveria uma grande vantagem de economizar sangue, tempo e dinheiro. Mas os partidos não podem usar dessa franqueza e precisam de cultuar, no coração das turbas, os ídolos do liberalismo...

E é assim que, de tantos em tantos anos, o povo é chamado para representar, sobre o palco augusto dos direitos constitucionais, o ridículo papel de cidadão.

O caipira, coitado, do qual ninguém se lembra nos tempos de carestia e de geada, recebe a visita do "compadre" que o chama respeitosamente de "patrício eleitor".

O Jeca fica avisado. Dia 23, sem falta, é preciso dar um pulo até à cidade, visitar o "comércio", para votar no "compadre".

Na sua indiferença ou no seu profundo senso de reconhecimento humano, o caipira ignora o segredo do voto. Vota por amizade, ou então, depois de consultar o vigário que lhe diz "qual é o partido que está com Deus, e qual o que está com o demo".

De democracia e de liberalismo, é que o nosso caipira não entende, nem quer entender. Para ele o que existe é a religião, as procissões e as festas do divino, as danças alegres dos mutirões, os ventos frios furando os ranchos, a roça, a geada, o gado, os cavalos andadores, os amigos, a família... É o seu mundo. Dessas coisas ele entende pela inteligência ou pelo coração. O mais, que lhe importa?

Quando lhe falam em "povo", ele pensa na genite da vila. Quando ouve dizer que "o povo é quem manda", ele sorri desconfiado, nunca viu a gente que ele conhece querer nada, receber alguma coisa do governo.

Ele sabe que o governo não tem nada que ver com os seus sofrimentos. Que o governo só aparece para atrapalhar.

No Ceará, quando se encontra uma estrada esburacada, o motorista grita logo:

— Diabo, já andou por aqui o governo?!

Quando o habitante da roça vê que está chegando a seu casebre "um homem do governo", coça a cabeça descorçoado, pensando se é talão de imposto, aviso para Júri, sorteio militar ou oficial de Justiça com alguma penhora...

O brasileiro só conhece o governo em três ocasiões: para dar dinheiro ou prestar serviço; para tomar parte em um festejo de homenagem a um graúdo, dando a sua alegria para a alegria dos potentados; ou então para votar.

Para votar, o cidadão ingênuo veste o terno melhor que tem, e fica todo cheio de orgulho. Quando se vê sozinho no "gabinete indevassável" e coloca a cédula no envelope solenemente rubricado, o cidadão sente o coração aberto. O seu pensamento voa.

— De um ato de minha vontade, pensa ele, depende talvez o futuro de São Paulo, a sorte do Brasil!

Nesse instante ele se sente grande e forte. O seu vulto cresce e se agiganta sobre o alicerce da soberania do povo.

Mas depois, depois que cumpriu o dever de ser livre, escondido, um grande desânimo lhe invade o coração.

O nosso homem desce, com uma velocidade espantosa, das regiões etéreas do "civismo" puro, e tomba, de repente, entre as pontas contundentes das realidades imperiosas da vida. O "cidadão" acorda de seu sonho suave de glória, e se vê no macacão de operário entre o ranger frio das máquinas; de chapéu de palha, a enxada nas mãos calejadas, curvo sobre o eito: às voltas com as duplicatas e os títulos; desanimado ante a concorrência; escutando o choramingar dos filhinhos desnudos.

O Estado? O Estado ficou lá atrás, no instante rápido do voto, naquele instante em que a ilusória soberania de um segundo levou o cidadão a sacrificar a própria liberdade durante muitos meses ou muitos anos...

O Estado ficou parado num plano: no plano do "homem cívico". O cidadão, depois do voto, desceu desse plano para viver a vida.

Agora se quiser alguma coisa para si ou para a sua família tem que arranjar um "cartucho" e ir pedinchar com o chapéu na mão e muitas medidas, a um deputado qualquer eleito para representar o povo. É obrigado a pedir por favor a um estranho o que ele mesmo poderia obter diretamente, se estivesse organizado em sua classe, em sua profissão, e tivesse dispensado os intermediários dos partidos.

Começa aí a desilusão do eleitor, a descrença na democracia de tipo liberal, isto é, na democracia de uma só dimensão, a dimensão cívica.

Por ser antinatural, é claro que o liberalismo tem forçosamente que dar origem a situações grotescas e ridículas como essas que acabamos de apresentar.

É possível que, em algumas passagens, o leitor tenha se rido, achando muita graça na "comédia eleitoral". Se o leitor pertencer ao P.R.P., ao P.C., ao P.R.M. ao P.R.R. ou a outra qualquer estação de rádio liberal, o leitor que me desculpe, mas caçou de si mesmo, achou graça na própria pessoa.

Há quanto tempo não vem tomando parte nessa pantomima oficial? Há quanto tempo não tem emprestado a própria colaboração em semelhantes disparates que só podem ser admirados pelos campeões da "literatolice" nacional?

Será que ainda não teve oportunidade de perceber que nada pode esperar de partidos que só existem periodicamente?

Será que ainda não soube notar, que, logo após as eleições, os partidos cerram as portas, recolhem os *panneaux*, e os cartazes, como quem, no dia de Reis, desmonta o presépio e guarda as figurinhas para o próximo Natal?

Será que ainda não reconhece que o partido é como a jibóia? Depois de devorada a vítima, após a colheita eleitoral, dorme um sono longo, ao sol das garantias constitucionais.

É possível que não tenha notado isso, e que se veja diferente do que é na realidade.

A nossa época tem dessas coisas, e o liberalismo auxilia esses desdobramentos da personalidade.

O Brasil vivia em um sonho ledó e cego, encantado com o rio Amazonas, a Guanabara, as Sete Quedas, a Constituição de 91, o evolucionismo de Spencer e a religião positivista; inconsciente, conhecia tão pouco a si mesmo, que aceitava ser "um gigante eternamente deitado em berço esplêndido"!

De repente, foram aparecendo os primeiros pintores realistas, depois os "kodakizadores" de instantâneos, os fotógrafos-aviadores para os amplos panoramas. A imagem verdadeira do Brasil começou a se distinguir aos poucos. Agora, já estamos completando as primeiras fichas, com os dados fornecidos pelos primeiros testes. Logo, saberemos penetrar na penumbra do subconsciente da Raça.

Euclides da Cunha, Alberto Torres, Farias Brito, Jackson de Figueiredo, Graça Aranha, Capistrano de Abreu bateram as primeiras chapas, no espaço e no tempo. O brasileiro viu, gostou e disse: "Como o meu próximo é esquisito!"

Faltava quem tirasse a grande fotografia, e que, além de fotógrafo, fosse radiologista e clínico capaz de usar de remédios corajosamente decisivos.

Este homem é Plínio Salgado.

Nós, integralistas, como disse o espírito penetrante de José Geraldo Vieira, somos os técnicos do imenso fichário.

O Brasil real, o Brasil verdadeiro que nós mostramos em nossos livros, Brasil - Colônia de banqueiros, Brasil sem ideal comum, Brasil seccionado e confuso, esse Brasil espanta os sonhadores que herdaram a ingênua boa vontade de Rocha Pitta.

Quando dizemos e provamos que o "cidadão" não é um homem inteiro porque é a terça parte da terça parte de um homem, o liberal dá risada e diz:

- "É verdade! Plínio Salgado tem razão. O homem tem necessidades espirituais, materiais e intelectuais. Estas se distinguem em artísticas, científicas e políticas. O Estado liberal só considera as últimas, só olha o "cidadão", terça parte da terça parte do homem!"

O liberal dá risada, como se estivesse rindo do vizinho.

Um dia, porém, acontecerá com ele, o que já se deu com muitos.

Um dia, ao olhar para o espelho, ele se achará mudado. Perceberá, de um instante para outro, que viveu de uma forma, certo de estar vivendo

de outra; que o que ele parecia ser para si mesmo não correspondia ao que era aos olhos do próximo.

Esse é um drama pirandelliano, porque liberalismo é sinônimo de ficção, de desmembramento da personalidade.

Quando todos os brasileiros voltarem à normalidade, livres do clorofórmio liberal, que nos serviu para a operação da independência política, os brasileiros se sentirão integralistas, e trabalharão pela independência integral de nosso povo. E então ficarão admirados de já terem sido qualquer coisa que não fosse integralista.

EM LUGAR DOS PARTIDOS, AS CORPORAÇÕES

Baseados nas considerações anteriormente feitas, podemos escrever com toda a segurança: a democracia liberal não é governo do povo pelo povo e para o povo, porque nela o povo não possui meios a fim de manifestar a sua vontade. Os partidos são órgãos inadequados para a finalidade que os teóricos do liberalismo lhes atribuem. Os partidos, com efeito, são heterogêneos, reunindo as individualidades mais contrastantes, não para alcançar um objetivo geral, mas para satisfazer a um interesse particularista; são temporários, eis que duram enquanto dura a confluência dos interesses particulares, e é possível a aliança dos vários apetites devido à esperança de um bolo qualquer a repartir; são artificiais porque não obedecem a atividades sociais gerais permanentes e criadoras, como sejam as econômicas, as artísticas e as científicas, mas somente a ambições de ajuntamentos e de clãs; e, no Brasil, poderiam quando muito, servir de índice de uma mentalidade da crosta litorânea que, a todo custo, quer dominar o sertão.

Mas não é só.

Segundo os teóricos menos desorgânicos do liberalismo, na sociedade há várias correntes de pensamento, das quais fazem parte indivíduos que se afastam uns dos outros somente por motivos secundários de detalhe. Esses indivíduos, quando possuem identidade geral de aspirações políticas, reúnem-se e fundam os partidos. O partido nasce, portanto, para exprimir uma opinião, representar o pensamento de um número determinado de homens.

"A vontade da Nação, continuam esses liberais, só poderá ser a resultante dessas vontades particulares, manifestadas através dos centros conscientes dos partidos. Por conseguinte, o dever de cada partido é analisar serenamente as questões, emitindo o juízo próprio tão-somente com o escopo de completar o alheio, esclarecendo-o.